

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM
RURAL - SENAR - AR/MS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 3.5b, a Entidade não realizou a revisão da vida útil-econômica dos ativos imobilizados, conforme requerido pela NBC TG 1000. Dessa forma, não foi possível mensurar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Entidade, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015.

Conforme Nota Explicativa nº 6, a Entidade possui registrado na Rubrica “Estoques”, o montante de R\$ 717.631, o qual não pôde ser validado devido ao fato da Entidade estar em processo de atualização de novas rotinas e procedimentos no sistema de controle de materiais. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação do saldo e custos dos estoques, bem como determinar os possíveis efeitos no resultado e no patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campo Grande, 07 de março de 2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

1. Contexto operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS, é uma Entidade integrante do “Sistema S”, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nos termos da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e do Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992.

É um serviço social autônomo, classificado como entidade paraestatal, ou seja, uma pessoa jurídica de direito privado criada por lei, que atua sem submissão à Administração Pública, com o objetivo de promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais, sendo mantida pelo Estado mediante contribuições obrigatórias.

É dirigida por um Conselho Deliberativo tripartite, formado por representantes do governo, dos setores patronais e dos trabalhadores. Nos Estados existem as administrações regionais vinculadas às Federações da Agricultura e Administração pelos respectivos conselhos administrativos.

Por meio da Lei Municipal nº 3.477, de 8 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial de Campo Grande nº 102 de 9 de junho de 1998, foi declarada de utilidade pública municipal.

O SENAR possui destinação específica de receitas arrecadadas pelo Governo Federal, sendo Entidade instituída por lei com o estrito propósito de prestar serviços de caráter social aos trabalhadores, na área de formação profissional (rural).

O SENAR tem por objetivo: proporcionar o desenvolvimento socioeconômico do trabalhador rural e de sua família, por meio da realização de ações de formação profissional rural e atividades de promoção social. Os níveis de formação profissional oferecidos são: qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização.

O SENAR - AR/MS tem como missão promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócios à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)**

O SENAR - AR/MS é uma instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, sendo considerada entidade imune na forma do disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal. Para fins deste dispositivo, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

A garantia constitucional de imunidade em relação aos tributos, com fundamentação no artigo 150, VI, "c" da Constituição Federal de 1988, tem sido assegurada nos tribunais quanto ao IOF e é aplicável aos demais tributos como o IPTU e o ITBI, o que igualmente ocorre em favor de todas as demais instituições de serviço social autônomo.

Segundo o disposto no § 2º do artigo 12, da Lei nº 9.532/1997, para o gozo da imunidade, instituições como o SENAR estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. Esta vedação, entretanto, não impede a remuneração aos Diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício nem a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do poder executivo federal;
- b. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- f. Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g. Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h. Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

Por se constituir em instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, o SENAR e o SENAR - AR/MS não devem apresentar superávit em suas contas ou, caso apresentem em determinado exercício, deverão destinar integralmente o referido resultado à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, podendo aplicá-lo, ainda, como incremento de seu ativo imobilizado. Quando apurado déficit, o déficit técnico do exercício será absorvido pelo patrimônio social.

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.078 de 6 de maio de 1999, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732 de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 7 de março de 2016.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade utilize estimativa e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, Provisão para perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras estão representadas por quantias investidas em fundos de investimento, certificados de depósitos bancários e depósitos em poupança, cujos saldos correspondem aos montantes efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

As aplicações financeiras em nome da Entidade estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.3. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável..

As contas a receber aos saldos de contribuições sociais a receber, unicamente relativos ao mês de competência de dezembro e representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, por Contribuições Sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por Pessoas Físicas, jurídicas e agroindústrias;

Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por inexistirem inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber de titularidade da Entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

3.4. Estoques

O saldo de almoxarifado é resultante do total em estoque dos materiais adquiridos para uso da Entidade, constituídos especialmente por materiais para e consumo nas finalidades educacionais da Entidade. Constituem os estoques, ainda, todos os artigos de uso e consumo da Administração da Entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática.

Os bens adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais do resultado.

As obras e demais imobilizados em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das correspondentes depreciações acumuladas, estas calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais indicadas na Nota Explicativa nº 8, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A Administração da Entidade não realizou a revisão da vida útil-econômica dos ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 1000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3.6. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base em taxas lineares anuais indicadas na Nota Explicativa nº 9.

3.7. Fornecedores

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais mercantis e de serviços, sendo ajustados, nas datas dos balanços, quando assim aplicáveis: (a) pelo desconto a valor presente sobre os preços de aquisição contratados a prazo, calculado com base em taxas de juros pré-fixados, sempre que os referidos preços embutirem encargos financeiros e/ou variarem em relação aos seus correspondentes preços a vista; e (b) pela variação cambial, relativamente às transações pactuadas em moeda estrangeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

3.8. Obrigações tributárias

A Entidade é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC PME e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos:

Ativos contingentes - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.14. Reconhecimento de receita

A receita é registrada com base no regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos serviços prestados no curso normal das atividades da Entidade.

A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser o mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade.

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91. A arrecadação previdenciária é encaminhada mensalmente pelo Ministério da Fazenda ao SENAR Central sendo repassado ao SENAR- AR/MS e suas incidências recaem sobre o valor bruto da comercialização da produção rural e sobre a folha de salários de pessoas físicas, jurídicas e agroindústrias. As incidências ocorrem da seguinte forma:

- a) **Sobre o valor bruto da comercialização da produção rural:** incidem sobre as receitas de vendas da produção rural próprias, praticadas nos mercados interno e para o exterior (exportações), sendo aplicadas as seguintes alíquotas: (i) 0,2% para as pessoas físicas; (ii) 0,25% para as pessoas jurídicas e agroindústrias;
- b) **Sobre a folha de pagamento:** para as empresas prestadoras de serviços rurais e demais empresas com contribuição sobre a folha de salários, bem como Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural, a alíquota é de 2,5% sobre a folha de pagamento dos empregados.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

Além de sua principal receita, o SENAR - AR/MS auferiu no exercício de 2015 receitas com prestação de serviços originária de Contrato de Assistência Técnica.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta bancária - própria	-	419
Conta bancária - convênios	2.139	1.422
Aplicações financeiras - próprias	39.634.066	30.698.305
Aplicações financeiras - convênios	1.075.515	197.441
	<u><u>40.711.720</u></u>	<u><u>30.897.587</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimento de renda fixa, CDB DI, CDB DI Swap e poupança, sendo remuneradas por taxas mensais que variaram entre 0,30% e 0,53%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante em relação ao valor registrado.

5. Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuições Sociais - Lei nº 8.315 INSS	2.371.950	1.964.502
	<u><u>2.371.950</u></u>	<u><u>1.964.502</u></u>

Refere-se ao saldo a receber da arrecadação das contribuições ao SENAR, com base na Lei nº 8.315/91, de obrigação de recolhimento em guias previdenciárias pelos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas e das agroindústrias, todos pertencentes à jurisdição do Mato Grosso do Sul.

Essas contribuições arrecadadas correspondem às competências de dezembro de 2015 e 2014 e seus repasses são efetuados pelo Ministério da Fazenda dentro da primeira quinzena do mês subsequente.

6. Estoques

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Material de consumo	195.388	179.484
Material de informática	35.950	41.857
Material instrucional	486.293	174.074
	<u><u>717.631</u></u>	<u><u>395.415</u></u>

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

7. Adiantamentos

	2015	2014
Férias	83.429	38.868
Restituído por empregado	238	-
Viagens	-	388
Fornecedores	56.558	20.100
	140.225	59.356

8. Ativo imobilizado

Em 2015	Descrição	Taxa anual de deprec.	Saldo em 31/12/2014			Movimentação em 2015				Saldo em 31/12/2015		
			Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
						Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
	Terrenos	-	1.371.945	-	1.371.945	-	-	-	-	1.371.945	-	1.371.945
	Prédios	4%	2.248.065	(433.284)	1.814.781	-	(89.922)	-	-	2.248.065	(523.206)	1.724.859
	Instalações e adaptações	10%	398.050	(165.822)	232.228	-	(39.805)	-	-	398.050	(205.627)	192.423
	Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	721.957	(318.508)	403.449	-	(106.401)	(34.974)	33.447	686.983	(391.462)	295.521
	Veículos	20%	201.070	(158.310)	42.760	96.500	(54.554)	(73.490)	73.490	224.080	(139.374)	84.706
	Mobiliário em geral	10% e 20%	396.569	(171.673)	224.896	-	(39.578)	-	-	396.569	(211.251)	185.318
	Equipamento de comunicação	10% e 20%	12.532	(5.039)	7.493	1.638	(2.703)	-	-	14.170	(7.742)	6.428
	Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	2.279	(1.907)	372	-	(101)	-	-	2.279	(2.008)	271
	Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	38.707	(9.823)	28.884	40.850	(7.358)	-	-	79.557	(17.181)	62.376
			5.391.174	(1.264.366)	4.126.808	138.988	(340.422)	(108.464)	106.937	5.421.699	(1.497.851)	3.923.847
			5.391.174	(1.264.366)	4.126.808	138.988	(340.422)	(108.464)	106.937	5.421.699	(1.497.851)	3.923.847

Em 2014	Descrição	Taxa anual de deprec.	Saldo em 31/12/2013			Movimentação em 2014				Saldo em 31/12/2014		
			Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
						Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
	Terrenos	-	111.945	-	111.945	1.260.000	-	-	-	1.371.945	-	1.371.945
	Prédios	4%	506.615	(358.154)	148.461	1.741.450	(75.130)	-	-	2.248.065	(433.284)	1.814.781
	Instalações e adaptações	10%	398.050	(126.017)	272.033	-	(39.805)	-	-	398.050	(165.822)	232.228
	Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	562.054	(291.811)	270.243	226.775	(91.893)	(66.872)	65.196	721.957	(318.508)	403.449
	Veículos	20%	201.070	(118.816)	82.254	-	(39.494)	-	-	201.070	(158.310)	42.760
	Mobiliário em geral	10% e 20%	351.850	(135.311)	216.539	47.219	(38.862)	(2.500)	2.500	396.569	(171.673)	224.896
	Equipamento de comunicação	10% e 20%	14.273	(4.246)	10.027	1.754	(2.555)	(3.495)	1.762	12.532	(5.039)	7.493
	Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	5.463	(4.786)	677	-	(201)	(3.184)	3.080	2.279	(1.907)	372
	Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	29.770	(19.554)	10.216	24.162	(2.802)	(15.225)	12.533	38.707	(9.823)	28.884
			2.181.090	(1.058.695)	1.122.395	3.301.360	(290.742)	(91.276)	85.071	5.391.174	(1.264.366)	4.126.808
	(-) Provisão para perdas		(91.276)	84.872	(6.404)	91.276	(84.872)	-	-	-	-	-
			2.089.814	(973.823)	1.115.991	3.392.636	(375.614)	(91.276)	85.071	5.391.174	(1.264.366)	4.126.808

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	2015	2014
Custo de aquisição			
Programas de informática	20% e 25%	165.403	165.403
		165.403	165.403
(-) Amortizações acumuladas			
Programas de informática		(138.425)	(129.752)
		(138.424)	(129.751)
		26.978	35.651

10. Fornecedores

Os montantes a pagar aos fornecedores de serviços compreendem os gastos de apoio às atividades educacionais e os administrativos, como alimentação, realizações de eventos, auditoria, termo de cooperação com Famasul e manutenções de bens.

Os saldos a pagar a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul - FAMASUL correspondem ao montante das despesas administrativas decorrentes do uso, em condomínio, do prédio onde está sediado o SENAR - AR/MS em Campo Grande/MS. Essas despesas são rateadas em 58,94% para o SENAR-AR/MS e 41,06% para FAMASUL, conforme ATA nº02 de 06/06/2015 do Conselho Administrativo do SENAR-AR/MS. 22222:

	2015	2014
FAMASUL - Rateio da Casa Rural	75.633	49.355
Serviços	43.389	6.679
Concessionários de serviços	6.551	9.307
Produtos/mercadorias	59.952	1.954
Instrutores	3.007	6.272
Termo de Cooperação	-	110.000
	188.533	183.567

11. Convênios

	2015	2014
“PRONATEC/ FNDE/ MEC”	226.455	198.863
Programa "Negocio Certo Rural"	440	-
Programa "Mais Inovação"	508.710	-
Programa "REDE E-TEC 46435-X"	87.459	-
Programa "REDE E-TEC MEC 46933-5"	253.285	-
Programa "Agrinho - FCMS"	1.305	-
	1.077.654	198.863

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

Os valores a realizarem sob esta rubrica referem-se aos saldos das verbas recebidas como seguem:

- a) SEBRAE MS - Programas “Negocio Certo Rural” e “Mais Inovação”;
- b) Governo Estadual - Programa “Agrinho - FCMS”;
- c) Governo Federal - PRONATEC/FNDE/MEC.

As verbas recebidas e destinadas à consecução dos respectivos projetos são registradas contabilmente nesta conta de passivo em contrapartida às contas bancárias abertas exclusivamente para esta finalidade, as quais integram os saldos das disponibilidades demonstrados na Nota Explicativa nº 4.

12. Obrigações tributárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda retido na fonte	62.159	59.007
PIS sobre folha de pagamento	6.897	4.700
ISS retido	12.720	12.169
PIS/COFINS/CSLL retidos	9.641	252
	<u>91.417</u>	<u>76.128</u>

13. Obrigações trabalhistas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários a pagar	-	484
INSS a pagar	124.427	107.147
Provisão de férias	344.714	342.987
Provisão de encargos sociais sobre férias	111.886	111.795
	<u>581.027</u>	<u>562.413</u>

14. Valores a repassar a entidades

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
FAMASUL - Termo Cooperação Tec.2%	77.447	23.348
	<u>77.447</u>	<u>23.348</u>

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2015, corresponde ao valor a repassar à Federação da Agricultura e Pecuária do MS - FAMASUL, com vencimento previsto para o mês de março de 2016, em virtude de termo de cooperação técnica celebrado entre o SENAR - AR/MS e a referida Federação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

O termo firmado entre as duas entidades consiste na cooperação técnica da FAMASUL, que deve fornecer frequentemente ao SENAR - AR/MS o conhecimento técnico e científico de seus profissionais e pesquisadores, lotados na sua Unidade Técnica, com o objetivo de elaborar programas pedagógicos e educacionais e prover de maneira qualificada a Entidade de dados, estatísticas, textos, artigos, cartilhas e manuais relativos ao segmento agropecuário, os quais serão utilizados nos cursos de Formação Profissional e Promoção Social (FPR e PS) realizados pelo SENAR - AR/MS.

O termo de cooperação prevê o repasse do SENAR - AR/MS à FAMASUL de até 2% da arrecadação mensal da Entidade, sendo esta quantia suportada por gastos e despesas operacionais incorridos pela Federação com os trabalhos, com a estrutura e com o pessoal lotado na sua Unidade Técnica, desde que devidamente comprovados.

15. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2015 não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal chave da administração.

a) Valores a repassar a unidades

	2015	2014
Senar - Administração Central	104.888	-
	<u>104.888</u>	<u>-</u>

Corresponde ao valor dos recursos materiais: Cartilhas, Manuais, Materiais de Divulgação Institucional entre outros, fornecidos pelo SENAR Central, conforme disposto na Nota Técnica nº 015/DAF/2014 de 01/07/2014 do SENAR Central.

b) Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2015, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Entidade, totalizou R\$ 350.587 (R\$ R\$ 386.418 em 2014) registrados no grupo de despesas com pessoal, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

A Entidade não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

16. Patrimônio líquido

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 45.789.741 (R\$ 36.442.481, em 31 de dezembro de 2014), sendo exclusivamente composto pelos superávits acumulados.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

O patrimônio social pode ser assim resumido:

<u>Patrimônio social</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Disponibilidades	40.711.720	30.897.587
Créditos	2.512.175	2.023.858
Estoques	717.631	395.415
Imobilizações	3.950.825	4.162.459
Demais ativos	18.355	7.481
	<u>47.910.706</u>	<u>37.486.800</u>
(-) Obrigações operacionais	(860.976)	(822.108)
(-) Obrigações por repasses e convênios	(1.259.989)	(222.211)
	<u>(2.120.965)</u>	<u>(1.044.319)</u>
(=) Patrimônio social	<u>45.789.741</u>	<u>36.442.481</u>

17. Receita

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lei nº 8.315 INSS	29.395.354	23.703.648
	<u>29.395.354</u>	<u>23.703.648</u>

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91.

18. Realizações de convênios

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Programa "Despertar Rural"	-	98.517
Programa "Leite Legal"	-	19.573
Programa "APL Piscicultura"	-	81.624
Programa "Mais Inovação"	518.517	1.232.875
Programa "Negocio Certo Rural"	871.560	-
Programa "REDE E-TEC 46435-X"	154.933	-
Programa "REDE E-TEC MEC 46933-5"	29	-
Programa "REDE E-TEC Doação Mat."	19.051	-
Programa "Agrinho - FCMS"	13.748	-
PRONATEC/ FNDE/ MEC	1.130.500	2.238.926
	<u>2.708.338</u>	<u>3.671.515</u>

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)****19. Despesas administrativas**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Atividade-meio		
Gastos com utilidades e serviços	(127.661)	(72.133)
Despesas com manutenções de bens	(181.350)	(49.654)
Material de consumo	(86.159)	(100.590)
Serviços de terceiros PJ	(403.615)	(213.583)
Serviços de terceiros PF	(5.970)	(1.389)
Despesas com viagens	(4.586)	(1.969)
Despesas gerais	(30.658)	(28.260)
Despesas com gestores	(299.726)	(270.080)
Gastos com termos de cooperação	(192.850)	(384.380)
Despesas tributárias	(40.520)	(3.107)
	<u>(1.373.095)</u>	<u>(1.125.145)</u>
 Atividade-fim		
Gastos com utilidades e serviços	(953.976)	(329.181)
Despesas com manutenções de bens	(51.550)	(230.773)
Material de consumo	(860.149)	(908.334)
Serviços de terceiros PJ	(9.360.607)	(6.499.619)
Serviços de terceiros PF	(4.894)	(8.286)
Despesas com viagens	(4.974.719)	(3.972.257)
Despesas gerais	(98.056)	(27.408)
	<u>(16.303.951)</u>	<u>(11.975.858)</u>
	<u>(17.677.046)</u>	<u>(13.101.003)</u>

20. Despesa com pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Atividade-meio		
Salários e remunerações fixas	(979.518)	(828.385)
Remunerações variáveis	(49.008)	(26.113)
Encargos sociais diretos	(325.590)	(279.537)
Benefícios	(569.792)	(237.368)
	<u>(1.923.908)</u>	<u>(1.371.403)</u>
 Atividade-fim		
Salários e remunerações fixas	(3.193.214)	(2.371.502)
Remunerações variáveis	(33.241)	(8.070)
Encargos sociais diretos	(1.316.506)	(1.257.022)
Benefícios	(320)	(245.753)
	<u>(4.543.281)</u>	<u>(3.882.347)</u>
	<u>(6.467.189)</u>	<u>(5.253.750)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

21. Gestão de riscos

Os principais passivos financeiros da Entidade referem-se contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Entidade.

A Entidade possui contas a receber e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Entidade e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Entidade, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vençam.

A Entidade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

22. Instrumentos financeiros e operações com instrumentos derivativos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros registrados nos balanços - disponibilidades, créditos operacionais, fornecedores, obrigações e adiantamentos se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores justos e/ou de realização, tendo sido todos contratados e/ou contraídos em condições normais de negociação no mercado.

A Entidade não é titular de créditos e obrigações, cujos valores estejam sujeitos ou foram contratados a variações por taxas de câmbio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

Não há quaisquer posições em instrumentos derivativos e/ou outros ativos e passivos sujeitos a riscos cambiais em nome da Entidade. Do mesmo modo, não foram aplicados recursos em operações cambiais e/ou com naturezas ou características semelhantes, tendo ou não por objetivo a especulação financeira.

24. Eventos subsequentes

Até a data de fechamento deste relatório, não tivemos conhecimento de operações ou eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos e quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.